

AMC P10 Apelo do Passado

Baixou sobre a Constituinte o espírito do acordo. Foi mais uma rendição do que um acordo político. Faltou a inspiração da concórdia na hora em que os ânimos estavam desarmados. Prevaleceu a força da gravidade que atrai os interesses no plenário, na hora de definir a Ordem Econômica. O arrogante *Centrão* perdeu a empáfia e mostrou o seu verdadeiro formato: um agrupamento interesseiro cuja coesão política é determinada pelo oportunismo.

A volta à mesa de negociações foi deprimente e sem qualquer grandeza. O momento culminante dessa tribo nômade chamada *Centrão* foi a definição do sistema de governo. Manteve-se o presidencialismo a um alto custo moral para uma soberania que ninguém mais ousou invocar. Não há mais como se falar em soberania e votar por interesse pessoal.

O comparecimento de todos os constituintes para aprovar o presidencialismo comprovou uma operação por atacado, com os votos que deveriam exprimir a soberania dos mandatários da vontade nacional.

O acordo feito com as cinzas do oportunismo é o prenúncio das enormes dificuldades que a futura Constituição terá que enfrentar. À intolerância dessa esquerda que, em matéria econômica, se apresenta à direita dos conceitos liberais modernos, respondeu o *Centrão* com um sectarismo sem cacife. A esquerda prevaleceu a seu modo na sistematização da primeira fase da Constituinte. O *Centrão* simbolizou uma reação indignada contra o método pouco democrático de aprovar por maioria, mas demonstrou rara incompetência política, e nenhuma convicção. Foi uma bola de neve rodada pelos interesses mais ostensivos.

O oportunismo reuniu uma fatia do *Centrão* e as esquerdas para levar a nação à beira da inconseqüência. Afinal, não se trata de tentar no Brasil um regime que estatize a economia e faça do governo o gestor de concessões a empresários matriculados. A

opção brasileira é clara, mas os constituintes não querem clareza: a modernidade requer liberdades econômicas e políticas, e o atraso precisa do Estado como gerente da cartorialização. Para isso, não há necessidade de democracia.

O autoritarismo transferiu a iniciativa econômica para o Estado. Quem defende o completo controle das atividades econômicas pelo Estado é hoje a esquerda, associada a empreiteiros e a pequenos e médios empresários; a militares que se arrogam o monopólio do patriotismo e confessam medo da liberdade; aos falidos que ficam com o lucro e transferem os prejuízos para os cofres públicos.

Uma assembléia de constituintes que transformam em bandeira nacionalista o monopólio estatal de postos de gasolina não tem sequer o senso do ridículo. A lei 2.004 instituiu o monopólio estatal na exploração do petróleo, mas não viu o menor perigo em deixar a distribuição com empresas privadas. Um deputado comunista da Bahia conseguiu fazer passar, na desatenção geral, uma emenda que pendura nas mãos do Estado os postos de gasolina. Formou-se então o cartório de retalhistas, que pede a estatização dos postos de gasolina na esperança de serem agentes do governo. Não é preciso nenhum dom especial para prever que a estatização levará o Brasil na direção oposta à democracia.

Mais uma vez, o plenário da Constituinte se comporta como um varejão que transforma voto em mercadoria. Uma assembléia com responsabilidades históricas não é um pregão com cotações variáveis para os votos. A aprovação do presidencialismo revelou-se um precedente pernicioso para a credibilidade dos constituintes. A Constituição vai ser promulgada com um baixo índice de confiança pública e, desrespeitada em sua votação, é difícil acreditar que possa ser a garantia de que o Brasil esteja de frente para o futuro. A esta altura, o passado está muito mais perto.